

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

Ata número oito

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante no artigo terceiro da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Luís Manuel Simão Almeida, coadjuvado pelo Senhor João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia e pelo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários.-----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:-----

António José Borges Prata, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, João António Pêgo Zeferino, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Marcelino António Rosa Piçarra, Fernando Manuel Sérgio Jesus, Luís Manuel Ramos Saraiva, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, João Maria Diogo Sequeira, Olímpio Filipe Martins Pedro, Artur Paulo Ricardo Primo, Luís Miguel Pires Marinho, Jorge Miguel Graça Lourenço, Carlos Manuel Marques Videira, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Joaquim António Rebelo Santos Armando António Amado Pereira Caramelo e Vítor Salvador Soares Lemos.-----

Faltaram à reunião dos seguintes Deputados Municipais:-----

Celina Marisa Sôto Cardoso (CDS/PP).-----

Hermínio José Costa Albino (CDS/PP).-----

A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Paulo Jorge Santos Dias Esteves e Paulo Jorge de Lemos Amaral. -----

Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

ABERTURA-----

Às nove horas e quarenta e seis minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a Sessão. -----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra e em nome do Partido Socialista apresentou as condolências à família do Dr. Adriano de Carvalho, Embaixador que em muito honrou este concelho.-----

Apresentou também as condolências pelo falecimento da mãe do Dr. João Paulo Gouveia.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) no uso da palavra aludiu à intervenção feita anteriormente pelo Senhor Deputado Cláudio Rebelo acrescentando

Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço
Susana Silva

que, face ao brilhantismo do Senhor Embaixador Adriano de Carvalho e face a ter sido aos longo dos anos um brilhante diplomata que muito fez por Portugal e até pelo império português, ou melhor o que resta do império português, propondo de seguida que face à toponímia da Mêda se desse o nome do Senhor Embaixador a um sítio notável, a uma praça ou a uma rua.-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor **Manuel Alberto Maia Caetano**, o qual tinha o seguinte teor:-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

*“Existem pessoas que caracterizamos, acima de tudo, pela sua própria vida.-----
Quererá isto dizer, por tudo aquilo que na realidade elas mesmas foram.-----
Outras haverá que se definirão, essencialmente, pela sua obra, ou seja, por aquilo que na realidade fizeram.-----
Haverá, no entanto, aquelas que se identificarão tanto pela própria vida como pela própria obra. O mesmo será dizer: tanto pelo que foram como por aquilo que fizeram.-
Manuel Alberto Maia Caetano era uma dessas pessoas. Para aqueles que com ele tiveram o privilégio de lidar e conviver, identificava-se por ambas as coisas.-----
Com 71 anos de idade, faleceu na madrugada de 28 de janeiro, vítima de doença cardíaca súbita.-----
Apesar de natural e residente no concelho de Pinhel, o jornalista Maia Caetano, não deixa de ser figura muito conhecida na Mêda, tanto pelo seu papel profissional ligado ao jornalismo regional, como pelo associativismo local e, através destes, das relações de simpatia e amizade que com muitos medenses criou ao longo destes anos.-----
No que toca mais diretamente à Mêda, foi sócio fundador e diretor de programação da “Rádio Mêda” bem como diretor dos jornais “Terras e Gentes” e “Terras de Mêda”, revelando sempre a sua paixão jornalística e o elo forte que mantinha com o nosso concelho.-----
No que respeita ao associativismo, esteve ligado aos corpos dirigentes da Associação de Agricultores da Ribeira Teja.-----
Era uma figura de presença constante nas mais diversas ações de divulgação do nosso concelho, deixando, por isso, uma marca no trabalho realizado e, certamente, uma perda em relação a tudo aquilo que ainda poderia dar de si, em primeiro lugar à família e aos amigos, mas também, como sempre o fez, ao seu concelho, Pinhel, e porque não ao da Mêda, e em termos regionais.-----
Por tudo isto e apesar do tempo já passado após a sua morte, considero da mais elementar justiça que, nesta Assembleia Municipal, se aprove um VOTO DE PESAR e seja guardado um minuto de silêncio em sua memória, transmitindo à família enlutada todo este sentimento de perda e reconhecimento.-----*

A Deputada Municipal;-----

Maria Lucinda B. Mano Saldanha.”-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) procedeu à leitura do Voto de

Pesar pelo falecimento do Senhor **Adriano António de Carvalho** (1924-2014), subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, o qual tinha o seguinte teor:-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

“Falecimento de Adriano António de Carvalho (1924-2014) -----

O Grupo do P.P.D./P.S.D. da Assembleia Municipal de Mêda, apresenta um sentido VOTO DE PESAR, pelo falecimento da ilustre e reputada figura Medense Adriano António de Carvalho, de 90 anos de idade, faleceu no passado dia 24 de Dezembro.-----

Adriano António de Carvalho, nasceu na Mêda a 1 de Julho de 1924, aqui foi criado, formou-se em Direito, casou, e, foi pai de cinco filhos.-----

Como profissional, Adriano António de Carvalho, foi especialista em questões multilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Cônsul Geral em São Paulo, conselheiro da Embaixada no Rio e por fim, o melhor Embaixador português em Brasília.-----

Foi o primeiro do escasso número de portugueses a quem a Universidade de Brasília tinha atribuído um doutoramento “honoris causa”.-----

Figura ilustre do nosso Concelho, que nunca esqueceu. Foi também um benemérito do nosso concelho, ao qual doou mais de 3000 mil livros, à nossa biblioteca.-----

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome da Mêda e dos medenses, desejamos perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão, associando a este Voto de Pesar, uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem do nosso Concelho.-----

As nossas sentidas condolências à família.-----

O líder do Grupo Municipal do P.P.D./P.S.D. de Mêda.-----

Filipe Manuel Avelino Rebelo.”-----

O Senhor Presidente finda a leitura, submeteu à votação os Votos de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-los por **unanimidade**.-----

Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das referidas personalidades tendo ainda deliberado remeter os presentes Votos de Pesar às famílias. -----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa procedeu à leitura da correspondência dirigida à Assembleia Municipal de Mêda.-----

-----**Ata número sete da Sessão Ordinária de 28 de novembro de 2014**-----

O Senhor Presidente pôs à discussão a ata da sessão anterior com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o texto a todos os membros.-----

De seguida **o Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número sete tendo a Assembleia deliberado **aprová-la por unanimidade**.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Senhor Presidente colocou à disposição do público este período a ele destinado.-----

O Senhor Gilberto Cruz, residente no Carvalhal, fez a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros da Assembleia, é o seguinte: eu sou presidente de uma associação local no Carvalhal.

*Maria
Silva*

*Susana
Silva*

Tínhamos um espaço e por sua vez o espaço foi-nos retirado. Já são dois ofícios que enviei para a Câmara e até ao momento ainda não obtive resposta da cedência desse espaço. Uma vez que já enviei um e já passaram trinta dias, mandei o segundo e estão quase também a passar os trinta dias e até ao momento nada. Queria saber o porquê de esta associação estar a ser discriminada em relação a outras do concelho.-----

Tenho conhecimento que a própria Câmara faz protocolos diretamente com as associações através da cedência de espaços que pertencem ao Município.-----

O ano passado pedi à Câmara Municipal um espaço. Por sua vez a Câmara Municipal disse que ia fazer um protocolo com a Junta de Freguesia local e a Junta de Freguesia local fez com a associação, até aí tudo certo. No final do ano passado o espaço foi-nos retirado pela Junta de Freguesia e agora queria outra vez aquele espaço ou outro, e até ao momento Senhor Presidente não obtive resposta.”-----

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Gilberto Cruz de que a Assembleia não tem conhecimento do assunto, porém, estava presente o Senhor Presidente da Câmara que, caso entendesse poderia informar o Senhor Gilberto Cruz naquele momento ou então mais tarde.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra cumprimentou os presentes, sobre a questão colocada pelo Senhor Gilberto Cruz informou que aquele espaço é um espaço onde está sediada a Junta juntamente com a associação.-----

Clarificou que após as eleições, a Junta mudou, saiu o Presidente da Junta e o Presidente da Associação ficou. Assim, teria que haver um entendimento sobre o espaço. Para colmatar a situação informou que marcou uma reunião onde estiveram presentes os três interessados com o objetivo de chegarem a um acordo. Acordo esse que foi feito.-----

Fez saber que, passado meio ano teve conhecimento através do Senhor Presidente de Junta que o Senhor Presidente da associação não cumpriu com o que estava estipulado no protocolo que tinham assinado, nomeadamente o pagamento da luz e da água. Acrescentou que o Senhor Presidente de Junta avisou várias vezes o Senhor Presidente da Associação para cumprir com o que realmente estava estipulado e uma vez que espaço é da Junta o Senhor Presidente de Junta sentiu-se no direito de retirar a associação daquele espaço.-----

Declarou que estava presente o Senhor Presidente de Junta, pelo que poderia esclarecer melhor aquela Assembleia em relação àquele assunto.-----

O Senhor Presidente pediu ao Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela que esclarecesse aquela Assembleia sobre o assunto.-

O Senhor Deputado Municipal Artur Primo (CDS/PP), Presidente da Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela, no uso da palavra cumprimentou os presentes.-----

Disse ter feito um protocolo com a Associação Carvalho Grande, no qual a associação se comprometia a pagar a luz, em que a Junta ainda suportava uma parte dessa despesa uma vez que o espaço era partilhado pela Junta e pela Associação, sublinhando que após a assinatura desse protocolo nunca mais a Associação efetuou o

*Maria
Susana
Silva*

pagamento da luz. Partilhou com aquela Assembleia que pagaram só daquela Associação o valor exorbitante de três mil cento e vinte e dois euros de luz.-----
Informou que neste momento o espaço foi atribuído a uma comissão fabriqueira que tem como objetivo construir uma casa mortuária, pelo que, utiliza o espaço para angariação de fundos.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente informou que ir-se-ia passar às intervenções dos Senhores Deputados.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) no uso da palavra quis saber qual a razão do Senhor Presidente ter desistido do Museu de Arqueologia, o qual considerava de essencial para a Mêda e que traria benefícios óbvios para a Mêda, indagou em que situação está o polo empresarial, o qual considerou da maior urgência até porque disse que tinha empresas para se localizarem naquele polo empresarial.-----
Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual foi o motivo pelo qual passou das trinta e cinco para as quarenta horas semanais de trabalho.-----

Abordou um outro assunto, quis saber em ponto se encontra a ação número 160/13TBMDA, a qual consta da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara.--
Questionou também se está a decorrer algum processo no tribunal de trabalho em que seja parte o Município e quem são as partes.-----

A terminar disse querer saber se há outras ações a decorrer, em perspetiva de vir a correr, ou se pelo contrário o Município está completamente fora de todos os problemas de natureza jurídico-administrativa que eventualmente haja.-----

O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD) no uso da palavra aludiu à sua primeira intervenção feita naquela Assembleia no dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, quando alertou o executivo para a sensibilização da parte empresarial e para os potenciais interessados que possam vir a demonstrar interesse em investir no Concelho de Mêda.-----

Asseverou que se não fixarem o que resta de cidadãos aqui no nosso Concelho e procurarem aumentar com a vinda de outros que estão fora do Concelho, as mesmas receitas serão cada vez menos, sublinhando que não havendo receitas também não se fazem obras.-----

Dirigindo-se ao executivo, e no seguimento dos apoios às PMES indagou se, estão a apoiar financeiramente essas mesmas PMES.-----

Finalizou dizendo ter conhecimento que alguém procurou ser recebido pelo Senhor Presidente, e que tendo falado com o Senhor Presidente foi-lhe dito que não apoiavam financeiramente potenciais interessados. Disse querer saber se isto corresponde à verdade.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) no uso da palavra cumprimentou os presentes, começou por dizer que relativamente às termas de Longroiva, a bancada do CDS/PP tem conhecimento da existência de um relatório que contradiz a receção da obra em dois mil e nove. -----

Aprofundou que como o Senhor Presidente da Câmara fez o auto de receção definitivo em dois mil e doze e sendo o responsável com a sua maioria por esta decisão, quis saber se é verdade que há discrepâncias a nível do material usado na construção da obra. Chamou a atenção para o facto de que se assim for estamos a falar em centenas de milhares de euros que no fundo não correspondem àquilo que inicialmente estava previsto.-----

Prosseguiu questionando o Senhor Presidente da Câmara se é verdade que apesar de ter conhecimento de um relatório em dois mil e dez, dois mil e onze elaborado por um administrador da ADL que simultaneamente é funcionário da Câmara Municipal, em que, elenca várias situações que conferem ao processo uma grande irregularidade. Indagou o que está a fazer o Senhor Presidente para apurar a verdade e a responsabilidade sobre esta situação.-----

O Senhor Deputado Municipal João Sequeira (CDS/PP) Presidente de Junta de Freguesia do Aveloso, no uso da palavra cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção congratulando-se com o início das obras da ponte do Aveloso, pedindo que o nome da ponte fosse dado pela população do Aveloso.-----

Concordou com o facto de o Município estar a requalificar casas de pessoas carenciadas, porém, acha que também as juntas de freguesia deveriam ter uma palavra a dizer, porque nem sempre as casas mais carenciadas são as que são compostas.-----

Prosseguiu questionando em que situação se encontram os dois muros da estrada.-----
Abordou depois um outro assunto, pediu ao executivo para tapar a chaminé da escola primária que se está a degradar.-----

A terminar chamou a atenção para as bocas de incêndio que estão quase todas a vazar água.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra cumprimentou os presentes e começou por evocar um velho ditado “água mole em pedra dura, tanto dá até que fura”, por isso não se cansa de falar sobre os incentivos à natalidade.-----
Asseverou não ser a solução mágica para resolver problemas no nosso concelho, mas pode ajudar.-----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente e ao executivo pedindo para se debruçarem sobre este assunto. Pediu também a colaboração da Assembleia, dos vários partidos que constituem a Assembleia, porque entende que todos têm interesse em criar um programa de incentivos à natalidade.-----

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Marcelino Piçarra a qual subscreve, porque de facto tocou naquilo que é premente, que é a questão de atrairmos gente para o concelho através de desenvolvimento ligado a pequenas e médias empresas. Aludiu a várias intervenções suas, feitas em anteriores sessões da Assembleia, e reiterou que nada melhor que chamar os nossos conterrâneos; pessoas do nosso concelho em várias áreas que estão por este país fora e alguns fora do país para virem a um fórum dar ideias.-----

Maria
Susana Silva

Finalizou alertando para algumas sinaléticas no concelho, nomeadamente nalgumas freguesias, que estão degradadas.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes, iniciou a sua intervenção abordando o assunto dos estágios PEPAL. Informou que foram aprovados recentemente pelo Secretário de Estado da Administração Local sete estágios para a Câmara Municipal, especificando que dois são para o desenvolvimento e competitividade e cinco para a ação social, saúde e cultura.- Quis saber quais são as áreas específicas destes estágios e qual vai ser o critério de recrutamento e seleção desses mesmos estagiários.-----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente dizendo-lhe que a Mêda tal como muitos dos concelhos limítrofes estão em risco de perder o ensino secundário, por uma razão natural que é a falta de gente, mas também por falta de agilizar estratégias.----- Quis saber se o Senhor Presidente já reuniu com o Diretor da escola para conjuntamente com ele criar uma estratégia sobre esse assunto. Quis saber também se quer nas reuniões da comunidade intermunicipal, quer também com o concelho de Penedono se já encetaram conversações sobre isso. Aprofundou que, ou há uma estratégia conjunta, ou o ensino secundário será a próxima coisa a encerrar no concelho.-----

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo quando mencionou os incentivos à natalidade com os quais também ele concorda, deixando apenas um pequeno reparo. Em vez de dinheiro, o Município deveria dar vales de compras no comércio local.-----

Relembrou o assunto casa dos médicos. Quis saber como está a situação dos apartamentos.-----

Fez saber que está atualmente em vigor o novo quadro comunitário Portugal 2020. Especificou que o mesmo tem grande incidência no apoio à iniciativa privada no âmbito agrícola, comercial e industrial. Acrescentou que com os projetos desenvolvidos nas localidades de baixa população e de elevado potencial onde a Mêda se inclui, vão ter uma majoração suplementar. Assim, questionou se a Câmara está preparada para comunicar com as pessoas que queiram candidatar-se. Indagou se já qualificou ou disponibilizou alguns técnicos do Município para terem formação própria para amanhã poderem ajudar a desenvolver um projeto nestas três áreas.-----

A Senhora Deputada Municipal Lurdes Lobão (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes, começou por lembrar o jornalista Zé Domingues. Partilhou com aquela Assembleia que fez parte dos templários, sugerindo que também lhe fossem enviados os parabéns.-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente pediu-lhe que na próxima vez que se faça um evento se tenha cuidado com a organização. Referia-se mais propriamente ao desfile de carnaval. Partilhou que fez parte do desfile, gostou de tudo, exceto da organização.- Abordou depois o assunto das associações. Disse já ter feito parte de uma e pediu ao Senhor Presidente para juntar as associações do concelho e discutir as atividades, para que também haja mais organização.-----

[Handwritten signature]

Susana Silva

Finalizou a intervenção sugerindo que a Assembleia Municipal deveria ter um retroprojektor para quando são discutidos certos assuntos.-----

O Senhor Deputado Municipal Artur Primo (CDS/PP), Presidente da Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela, no uso da palavra quis saber em que situação se encontra o caminho Vale Flor – Marialva.-----

Transmitiu que nas freguesias cada vez há mais casas abandonadas, muitas delas já se encontram em avançado estado de degradação e a maior parte delas até já serve para lixeiras. Questionou quais são as medidas que podem tomar ou se a Câmara toma essas medidas, nomeadamente, notificar os proprietários para que façam pelo menos uma limpeza a essas casas.-----

Fez saber que, durante o dia a estrada municipal que atravessa Paipenela é muito movimentada e que ninguém respeita os sinais, passando em excesso de velocidade, pelo que, solicitou que fossem tomadas medidas acerca disso. -----

Lembrou que as caixas dos contadores de água ainda não foram colocadas e a reposição de calçadas também ainda não foi feita.-----

O Senhor Deputado Municipal António João Zeferino (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes, iniciou a intervenção lembrando um assunto que já vem do anterior executivo que são os caminhos. Aprofundou que foram aprovados com o Governo do Partido Socialista, pelo que, já lá vão quatro anos. Revelou que nesses quatro anos foi afeta uma verba ao concelho no valor de alguns milhões de euros.-----

Quis saber se vão ser concluídos todos os caminhos. Acrescentou que tem recebido algumas reclamações sobre a construção do caminho Quinta do Falhas – Longroiva, questionando se a previsão do caminho tinha duas alternativas ou estava programado numa e se foi a solução que está encaminhada quis saber o porquê. Prosseguiu esclarecendo que as reclamações se devem ao facto de o caminho não servir agricultores praticamente nenhuns quando comparado com a alternativa.-----

Abordou depois o tema da educação, mostrando-se muito preocupado com o facto de continuar a ver alunos, professores e auxiliares a trabalhar num local com teto de amianto.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Luís Saraiva. Esclareceu que aquando da aprovação do orçamento, tinham vários projetos, nomeadamente, o museu, a área empresarial, a ponte do Aveloso entre outros. Lembrou que houve um quadro comunitário, o QREN, mas que o mesmo terminou iniciando-se agora o Portugal 2020.- Explicou que fizeram de tudo para que obras como a área empresarial entrassem no antigo QREN, fizeram o projeto, o mesmo foi aprovado, no entanto, já não conseguiram que fosse contemplado no QREN. Esclareceu que houve depois a possibilidade de entrarem no Overbooking, porém, o Overbooking exige que as obras sejam executadas num curto espaço de tempo, isto é até trinta e um de junho. O que era impossível. Quanto ao Museu disse ser uma obra bastante importante, mas que poderá ser feita em qualquer altura.-----

Maria
Alto
Susana Silva

Relativamente às trinta e cinco horas disse ser um problema que o governo deveria resolver, uniformizando a legislação.-----

Quanto a ações a decorrer no tribunal, asseverou que o Município não tem qualquer ação a decorrer e não se encontra envolvido em nenhum processo.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Piçarra, disse ser uma preocupação de todos que as pessoas não saiam.-----

Esclareceu que não tem conhecimento que alguém de Penedono tenha vindo pedir o que quer que fosse, asseverando que têm todo o interesse em apoiar as pequenas empresas. Partilhou com aquela Assembleia a realização de uma parceria com a Caixa de Crédito Agrícola, em que o Município disponibiliza cento e cinquenta mil euros e a Caixa duzentos e cinquenta mil euros para apoiar pequenos investimentos que os jovens queiram efetuar.-----

Respondeu ao Senhor Deputado Filipe Rebelo que já têm um técnico para esclarecer as pequenas e médias empresas que queiram investir dentro do novo quadro comunitário Portugal 2020.-----

Ao Senhor Deputado Fernando Jesus respondeu que relativamente às questões por ele colocadas no que diz respeito às termas de Longroiva, esse assunto já foi debatido naquela Assembleia. Passou a explicar que de facto em dois mil e nove o funcionário que estava à frente das termas fez um relatório onde constavam algumas falhas o qual fez chegar ao anterior Presidente da Câmara através de *e-mail* particular. Revelou que teve conhecimento que o então Presidente da Câmara chamou a atenção para que essas anomalias fossem corrigidas e é também do seu conhecimento que as mesmas foram corrigidas.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado João Sequeira, fez saber que a ponte do Aveloso começará a ser feita. Sobre o muro ao qual se referiu na sua intervenção, esclareceu que apenas falta a autorização do proprietário para começarem os trabalhos.-----

Disse concordar com a intervenção do Senhor Deputado Cláudio Rebelo quando mencionou a proposta de incentivos à natalidade, pelo que, irá ser criado um regulamento.-----

Voltando às questões colocadas pelo Senhor Deputado Filipe Rebelo respondeu-lhe que, relativamente aos estágios, foram atribuídos ao Município sete estágios, mas em áreas gerais. Salientou que quanto às áreas específicas que serão atribuídas, isso está a ser estudado em conjunto com o gabinete de sociologia e com técnicos.-----

Fez saber que relativamente à designada casa dos médicos está a ser feito um regulamento para a atribuição de apartamentos.-----

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Lurdes Lobão, disse ser importante juntarem as várias associações do Concelho e desenvolver algumas atividades articuladas.-----

Ao Senhor Deputado Artur Primo e respondendo “um pouco” ao Senhor Deputado João Zeferino disse que, foram feitos alguns caminhos nomeadamente o caminho de São Sebastião; o caminho da Carvalheira; o caminho do Aveloso-Chãos-Paipenela; o

Mun.
Susana
Silva

caminho de Vale do Olmo; o caminho do Vale do Pereiro-Cornalheira; o caminho da Quinta do Cônsul-Vale do Mouro e neste momento está a ser executado o caminho agrícola Quinta do Falhas.-----

Relativamente às casas que se encontram abandonadas, assegurou que, os serviços já estão a notificar os proprietários.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, transmitiu que no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a mesma beneficiará de vinte e seis milhões de euros, e acha que Covilhã, Fundão e Belmonte querem esse montante apenas para eles, pelo que, numa das suas intervenções na CIMS defendeu que o grupo do Nordeste da Beira, nomeadamente Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Mêda fizessem um subgrupo para ver se apanhavam alguma coisa.-----

Recordou depois um velhíssimo projeto designado de estrada da Aldeia de Sendim-Pinhel do qual faz parte Ranhados e um bocado até Marialva, indagando se não seria possível aproveitar algum desses vinte e seis milhões de euros para essa obra.-----

A terminar sugeriu que a praia fluvial perto da ponte de Ranhados fosse reativada, uma vez que se encontra parada.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) no uso da palavra para pedido de esclarecimento, começou por se referir novamente às termas de Longroiva, questionando se as anomalias foram corrigidas. Se foram, o Senhor Presidente fez muito bem em desbloquear a garantia bancária, se não foram pensa que deveria ter tomado outra posição.-----

Prosseguiu questionando sobre a ponte do Aveloso. Quis saber se há financiamento ou não há financiamento; afinal ela é subsidiada ou é um encargo da Câmara Municipal.---

Em relação aos caminhos rurais a bancada do CDS/PP mostrou-se surpresa, já que de certa forma o Senhor Presidente propôs no final do seu esclarecimento que os restantes irão ser feitos posteriormente. Partilhou com aquela Assembleia que o projeto que foi aprovado em dois mil e dez foi um dos melhores projetos a nível nacional. A Mêda teve esse mérito de fazer um projeto que foi aprovado com uma verba bastante significativa. Tivemos a galinha dos ovos de ouro em casa e deixámo-la morrer.-----

Quanto à fixação de jovens ou apoios à natalidade, disse achar que não se devem inverter as questões, isto porque, um apoio à natalidade é muito bom para fixar, para que haja um crescimento demográfico, mas até que ponto é que fixará efetivamente os jovens, perguntou.-----

Disse ser muito interessante, atribuírem um subsídio ou um vale de compras, mas alertou para o facto de que talvez estejam a criar uma posição que no fundo foi aquilo que se arrastou durante muitos anos em Portugal, não só na Mêda, que é a subsídio dependência ou a criação de novos rendimentos sociais de inserção. O que nós temos que fazer é fixar; é criar condições para que eles se fixem, disse a rematar.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra começou por responder ao Senhor

Maria
Susana
Silva

Deputado Municipal Fernando Jesus. Sobre o relatório final das termas de Longroiva, esclareceu que a informação técnica já se encontra em conformidade.-----

Depois, sobre a ponte do Aveloso disse ser uma prioridade tendo em conta os riscos que pode acarretar e a única hipótese de ser financiada é agora porque não entrou no anterior QREN, não entra no Portugal 2020, pelo que poderá entrar no Overbooking.---

Disse haver fortes possibilidades de a candidatura ser aprovada, caso não seja, a obra terá que ser feita porque é um risco que se está ali a correr. Portanto com aprovação ou sem aprovação a ponte vai ser feita.-----

Sobre os caminhos, transmitiu que é Presidente de Câmara desde outubro de dois mil e treze, e que num ano e meio tiveram a possibilidade de fazer três caminhos, não tendo a possibilidade de fazer mais.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente seguidamente declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos:-----

Ponto 1 – Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, feita nos termos do disposto na *alínea c) do n.º2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro*;-----

Ponto 2 – Apreciação da 1ª Revisão Orçamental 2015, ao abrigo da *alínea a) do n.º1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*; -----

Ponto 3 – Apreciar a Proposta n.º1/2015 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

Ponto 4 – Apreciar a Proposta n.º 5/2015 – Autorização de requisição de encerramento de liquidação da Empresa ADL – Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termas E.E.M., com o conseqüente cancelamento da matrícula no serviço de registo competente pelo Senhor Presidente, nos termos da proposta e ao abrigo do *artigo 150º, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais, aplicável ex vi o n.º4 do artigo 62º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação, bem como os artigos 61º do mesmo diploma legal conjugado com a alínea n) do n.º1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*;-----

Ponto 5 – Apreciar a Proposta n.º 6/2015 – Autorização de requisição de encerramento de liquidação da Empresa NOVA MEDA – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E.E.M., com o conseqüente cancelamento da matrícula no serviço de registo competente pelo Senhor Presidente, nos termos da proposta e ao abrigo do *artigo 150º, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais, aplicável ex vi o n.º4 do artigo 62º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação, bem como os artigos 61º do mesmo diploma legal conjugado com a alínea n) do n.º1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*;-----

Ponto 6 – Apreciar a Proposta n.º 38-A/2014 – Autorização de celebração de contrato de concessão relativamente à peixaria n.º1 do Mercado Municipal de Mêda, nos

Susana
Silva

termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 35º, conjugado com a alínea f) do n.º2 do mesmo artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Ponto 7 – Apreciar a **Proposta n.º 7/2015** – Autorização de celebração de contrato de concessão relativamente à peixaria n.º2 do Mercado Municipal de Mêda, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 35º, conjugado com a alínea f) do n.º2 do mesmo artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Ponto 8 – Para informação **Mapa auxiliar para declaração de Compromissos Plurianuais à data de 31 de dezembro de 2014;**-----

Ponto 9 – Para informação **Relatório de Atividades do ano de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda**, remetido pela respetiva Presidente à Assembleia Municipal de Mêda, ao abrigo do disposto no n.º2 do artigo 32º da Lei n.º147/99, de 1 de setembro.-----

PONTO 1 – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara;-----

(O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados Municipais)-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) no uso da palavra cumprimentou os presentes e mostrou-se surpreendida por ver que constam da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara atividades que se realizaram durante todo o ano, tais como, AECS, natação, karaté e o andebol e surgem na informação como que se realizassem apenas naquele período.-----

A terminar louvou o facto de atividades realizadas por associações do Concelho serem apoiadas pelo Município.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra solicitou à Mesa que lhe fosse facultado o documento acerca do projeto dos caminhos, nomeadamente, qual foi a candidatura feita; quais foram feitos e quanto custaram.---- Solicitou que todos os eventos que constam da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sejam divulgados na página do Município, para que cheguem a mais pessoas.-----

A terminar, deixou o reparo que dado o *site* do Município já existir há algum tempo seria razoável proceder-se à sua melhoria.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou aquela Assembleia que brevemente irá ser lançado um novo *site* do Município.-----

Passaram de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 2 – Apreciação da 1ª Revisão Orçamental 2015, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

(Esta Proposta junta-se à presente ata como Anexo (1), e dela faz parte integrante).----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra para apresentar a proposta começou por explicar que é uma alteração obrigatória, uma vez que, trata-se da transição do saldo final do ano de dois mil e catorze para o ano de dois mil e quinze.----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra esclareceu que

como todos sabem é obrigatório passar até ao mês de abril o saldo de gerência do ano transato, pelo que, é obrigatória esta revisão orçamental. A bancada do Partido Socialista votará a favor uma vez que se justifica.-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) no uso da palavra fez referência ao orçamento de dois mil e quinze o qual foi aprovado naquela Assembleia Municipal em vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, sendo que, a primeira revisão orçamental já foi feita na reunião de Câmara passado um mês e meio.-----

Recordou que no ano de dois mil e catorze foram feitas vinte e quatro alterações orçamentais. Em dezembro foram feitas três, numa reunião de Câmara foram feitas duas alterações, o que significa que a média das alterações orçamentais foram de duas por mês.-----

Em relação a esta alteração orçamental disse, não entender porque estava projetada no orçamento relativamente às receitas o fundo de coesão municipal, o qual agora vem inferior em seiscentos e setenta e dois mil euros, e quis saber porque é que foi feita essa alteração. Observou que também as despesas aumentaram para os trabalhadores e outros trabalhos, salientando que vão retirar às instituições sem fins lucrativos, vinte mil euros, ou a outra rubrica outros vinte mil, e os valores são transferidos para uma rubrica designada de trabalhos especializados. Indagou quais são esses trabalhos especializados.-----

Acusou o executivo de não ser social, uma vez que é às instituições sem fins lucrativos que vão retirar verbas.-----

Disse perceber o espírito dessas alterações, porém, não percebe porque é que um orçamento que foi feito há tão pouco tempo precisa de tantas alterações como aconteceu no ano passado. Salientou que, se o orçamento fosse feito com mais rigor e projetando o futuro, não precisaria de sofrer tantas alterações.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra, lembrou que quando estavam na oposição tanto criticaram as revisões orçamentais e agora adotaram essa prática.-----

Disse que ao analisar o documento constatou que o museu já não vai ser construído, perguntando de seguida se é uma decisão política ou é uma decisão por falta de cabimento.-----

A Bancada do PSD, por uma questão de coerência, tal como tiveram no orçamento, abstêm-se.-----

O Senhor Deputado Municipal António Prata (PS) no uso da palavra cumprimentou os presentes, congratulando-se com esta revisão orçamental, porque decorre de uma obrigatoriedade legal, pelo que teria que ser feita. -----

Expôs que, uma Câmara como a da Mêda, que vive de poucos recursos, terá que se adaptar e se reorganizar à medida que as situações financeiras acontecem, pelo que, a falta de um possível financiamento para o referido museu arqueológico terá que dar uma reestruturação orçamental. -----

Acha que devem ser feitas as revisões orçamentais que forem necessárias, desde que seja para constatar uma realidade concreta que é a nossa realidade de um concelho do

Maria
Susana Silva

interior.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra, para responder ao Senhor Deputado António Prata, porque entende que não foi uma intervenção mas sim uma resposta à sua intervenção, citou Fernando Pessoa através do seu ortónimo Alberto Caeiro, do livro “O guardador de Rebanhos”, “*Da minha aldeia, vejo quanto da terra se pode ver no Universo, por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer, porque eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura*”.-

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **1ª Revisão Orçamental 2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Maioria e por minuta** com votos a favor de PS; PSD; CDS/PP; PPM; quatro (4) Deputados Municipais IND; com os votos contra de um (1) Deputado Municipal PPM (Lucinda Saldanha) e as abstenções de três (3) Deputados Municipais do PSD (Marcelino Piçarra, João António Zeferino e Filipe Rebelo); três (3) Deputados Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus, Luís Saraiva e João Sequeira).-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) no uso da palavra, para fazer a seguinte declaração de voto: -----

“Eu votei contra por uma questão de coerência e de princípios em conformidade com o meu voto quando foi aprovado o orçamento.-----

Considerarei que não tinha ambições, nem estava projetado para o futuro e por isso têm que ser estas revisões constantes alterando hoje, alterando amanhã, gerindo ao sabor dos tempos e dos ventos sem estar logo tudo planeado, pelo menos a maioria. Acho que não é necessário vinte e quatro, vinte e sete ou trinta, eu sei lá neste próximo ano de dois mil e quinze, seguindo de dois mil e catorze”.-----

Passaram ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 3 – Apreciar a Proposta n.º1/2015 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos

Compromissos;-----

(Esta Proposta junta-se à presente ata como Anexo (2), e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta n.º1/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Maioria e por minuta** com votos a favor de PS; PSD; CDS/PP; PPM; quatro (4) Deputados Municipais IND; e as abstenções de um (1) Deputado Municipal do PSD (Marcelino Piçarra); dois (2) Deputados Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus e Luís Saraiva); um (1) Deputado Municipal PPM (Lucinda Saldanha).-----

PONTO 4 – Apreciar a Proposta n.º 5/2015 – Autorização de requisição de encerramento de liquidação da Empresa ADL – Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais E.E.M., com o consequente cancelamento da matrícula no serviço de registo competente pelo Senhor Presidente, nos termos da proposta e ao abrigo do artigo 150º, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais, aplicável ex vi o n.º4 do artigo 62º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação, bem como os artigos 61º do mesmo diploma legal conjugado com a alínea n) do n.º1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro ;-----

(Esta Proposta junta-se à presente ata como Anexo (3), e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a Proposta n.º5/2015, tendo a Assembleia deliberado aprovar por Unanimidade e por minuta.-----

PONTO 5 – Apreciar a Proposta n.º 6/2015 – Autorização de requisição de encerramento de liquidação da Empresa NOVA MEDA – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E.E.M., com o conseqüente cancelamento da matrícula no serviço de registo competente pelo Senhor Presidente, nos termos da proposta e ao abrigo do artigo 150º, nº1 do Código das Sociedades Comerciais, aplicável ex vi o n.º4 do artigo 62º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação, bem como os artigos 61º do mesmo diploma legal conjugado com a alínea n) do n.º1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

(Esta Proposta junta-se à presente ata como Anexo (4), e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a Proposta n.º6/2015, tendo a Assembleia deliberado aprovar por Unanimidade e por minuta.-----

PONTO 6 – Apreciar a Proposta n.º 38-A/2014 – Autorização de celebração de contrato de concessão relativamente à peixaria n.º1 do Mercado Municipal de Mêda, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 35º, conjugado com a alínea f) do n.º2 do mesmo artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

(Esta Proposta junta-se à presente ata como Anexo (5), e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a Proposta n.º38-A/2014, tendo a Assembleia deliberado aprovar por Unanimidade e por minuta.-----

PONTO 7 – Apreciar a Proposta n.º 7/2015 – Autorização de celebração de contrato de concessão relativamente à peixaria n.º2 do Mercado Municipal de Mêda, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 35º, conjugado com a alínea f) do n.º2 do mesmo artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

(Esta Proposta junta-se à presente ata como Anexo (6), e dela faz parte integrante).-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a Proposta n.º7/2015, tendo a Assembleia deliberado aprovar por Maioria e por minuta com votos a favor de PS; PSD; CDS/PP; PPM; quatro (4) Deputados Municipais IND; e as abstenções de dois (2) Deputados Municipais CDS/PP (Fernando Jesus e Luís Saraiva).-----

PONTO 8 – Para informação Mapa auxiliar para declaração de Compromissos Plurianuais à data de 31 de dezembro de 2014;-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

Ponto 9 – Para informação Relatório de Atividades do ano de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda, remetido pela respetiva Presidente à

Assembleia Municipal de Mêda, ao abrigo do disposto no n.º2 do artigo 32º da Lei n.º147/99, de 1 de setembro.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) no uso da palavra, disse que no dia vinte e cinco de fevereiro de 2014, foram feitos inquéritos aos alunos do segundo, terceiro ciclo e secundário da escola relativamente aos consumos de risco e etc., pelo que, sugeriu que também seria interessante terem conhecimento ainda que graficamente desses dados e da evolução dos mesmos.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra, disse que após análise do relatório constatou que tem havido um maior número de sinalizações, o que de algum modo nos deve preocupar, mas também nos deve congratular, isto porque, quando os números são baixos significa que muito perigo está encoberto.-----

A terminar deu os parabéns à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pelo trabalho que está a realizar.-----

Nada mais havendo a tratar às treze horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada em conformidade, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na Sessão e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Mapa de Pessoal deste Município, que secretariei.-----



António Oscar Dias de Almeida Sá

Susana Maria Borrego Silva
